

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 041, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Cria o adicional de função pelo Desempenho de Encargos Especiais a ser pago aos servidores que ocupam o cargo de médico, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado o adicional de função pelo Desempenho de Encargos Especiais a ser pago aos servidores que ocupam o cargo de médico, e que forem designados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O exercício da função pelo Desempenho de Encargos Especiais requer o exercício de atividades que, por sua natureza ou para sua eficiente execução exijam conhecimento técnico, habilidade de análise e excedam as atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo.

Art. 2º O Desempenho de Encargos Especiais serão divididos em dois níveis:

- I** – Nível I;
- II** – Nível II;

§1º As atribuições especiais pertinentes ao Nível I são classificadas de alta complexidade e correspondem a:

- a) integrar a equipe multidisciplinar no trabalho, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais;
- b) manter contato com a central de regulação médica para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências;
- c) promover incremento na qualidade do atendimento médico, melhorando a relação médico-paciente e observando preceitos éticos no decorrer da execução de suas atividades de trabalho;
- d) prestar atendimento de urgência e emergência a pacientes em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
- e) atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com os dados clínicos apurados pelo técnico de enfermagem acolhedor.
- f) outras correlatas de alta complexidade.

§2º As atribuições especiais pertinentes ao Nível II são classificadas de baixa complexidade e correspondem a:

- a) assessor na elaboração de campanhas educativas no campo da saúde pública e medicina preventiva;
- b) desenvolver processos nas unidades de saúde e na comunidade;
- c) participar das atividades administrativas de controle e de apoio referentes a sua área de atuação;
- d) realizar procedimentos e laudos referentes a exames diagnóstico de imagem correlatos a sua especialidade;
- e) realizar atendimento especializado correlato a sua formação quando for o caso;
- f) proceder a perícias médico-administrativas, a fim de confeccionar atestados e laudos aos servidores públicos municipais;
- g) manter registro de pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- h) outras correlatas de baixa complexidade.

Art. 3º Será pago a título de adicional ao servidor que desempenhar a função definida no caput do art. 1º, de acordo com o nível de complexidade, como segue:

I – Nível I – R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais);

II – Nível II – R\$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O adicional correspondente ao Nível I será restrito ao número de 15 (quinze) servidores médicos.

Art. 4º Para quaisquer dos dois níveis em que forem designados os ocupantes do cargo de médico serão exigidos uma jornada de trabalho mínima de 8 horas diárias.

Art. 5º Os médicos contratados em caráter temporário de excepcional interesse público, e que forem designados para exercer a função definida no caput do art. 1º também terão direito ao adicional.

Art. 6º O adicional de função será concedido pelo Prefeito Municipal, através de Portaria por tempo determinado.

Parágrafo único. A qualquer tempo e a juízo da Administração Municipal o adicional poderá ser cessado.

Art. 7º O adicional de que trata esta Lei será pago nos afastamentos legais remunerados do servidor designado.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta 373 – Crédito Orçamentário; Órgão: 06 – Secretaria de Saúde; Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde -

FMS; Funcional: 103010109 – Saúde; Projeto/Atividade: 2047000 – Assistência Médica, Odontol. E Sanitária; Natureza da Despesa: 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recursos: 40 - ASPS.

Art. 9º A presente lei terá vigência até 31/12/2016, com efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 24 de abril de 2015.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

ROGERIO DIAS PEREIRA
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 041, de 24 de abril de 2015, que: ***“Cria o adicional de função pelo Desempenho de Encargos Especiais a ser pago aos servidores que ocupam o cargo de médico, e dá outras providências.”***

O presente projeto de Lei visa Criar um adicional de função pelo Desempenho de Encargos Especiais a ser pago aos servidores que ocupam o cargo de médico..

O exercício da função pelo Desempenho de Encargos Especiais requer o exercício de atividades que, por sua natureza ou para sua eficiente execução exijam conhecimento técnico, habilidade de análise e excedam as atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo.

Assim, o desempenho destes encargos especiais estão elencados no corpo do Projeto e são essenciais para o correto andamento dos trabalhos executados por este servidores junto a Secretaria de Saúde.

As atribuições deste encargos foram divididos em dois níveis com gratificações diferenciadas, seja de alta ou baixa complexidade, a fim de ser definida a responsabilidade de cada servidor, com a contraprestação remuneratória equivalente.

Por fim, ressalta-se que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, visto que a despesa será por tempo determinado e inferior a dois anos.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal